



## **EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E IMPACTOS NO TERRITÓRIO DAS MISSÕES**

**Tanise Almeida Leal de Melo**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da  
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)  
tanise.melo@estudante.uffs.edu.br

### **1. Introdução**

O presente projeto baseia-se no entendimento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, no qual ele estaria intrinsecamente ligado à efetividade de suas políticas públicas educacionais, no que tange à educação básica. Os desafios da educação nacional não decorrem – apenas – de falhas técnicas, mas também de escolhas e ações políticas deliberadas (Ribeiro, 1979). Nesse contexto, a expansão da oferta de educação em tempo integral, emerge como uma estratégia crucial para reverter esse quadro histórico.

A educação em tempo integral envolve uma reestruturação curricular baseada nos princípios de integralidade, interdisciplinaridade e contextualização social. O tempo pedagógico ampliado deve ser ocupado por práticas educativas intencionais que integrem as diretrizes da BNCC às demandas socioculturais dos estudantes, gerando aprendizagens significativas.

Historicamente, a educação integral no Brasil surgiu ligada especificamente à elite, principalmente por meio de internatos religiosos e liceus, consolidando-se como política pública somente no século XXI, com programas como o Mais Educação e o Programa Escola em Tempo Integral (Verri et al., 2017; BRASIL, 2014).

Considerando esse contexto, questiona-se: Quais são os efeitos institucionais e pedagógicos da política de tempo integral na reconfiguração curricular das escolas públicas, e na promoção da equidade educacional no contexto do desenvolvimento territorial da região das Missões?

Esta pesquisa se justifica ao considerar as persistentes desigualdades educacionais e sociais no Brasil, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Torna-se essencial avaliar se a política pública de ampliação do tempo escolar, por meio das mudanças institucionais



e pedagógicas geradas pela reestruturação curricular, realmente contribui para melhorar a qualidade do ensino, reduzir desigualdades, diminuir a evasão, promover a formação integral do aluno e impactar o desenvolvimento do território onde a escola está inserida.

## **2. Metodologia**

O presente estudo adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, de caráter aplicado, fundamentando-se na abordagem neoinstitucionalista, a qual analisa as instituições em suas interações com os comportamentos de indivíduos e grupos. Serão utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica e análise documental, com foco em leis, diretrizes, bem como em produções acadêmicas sobre educação em tempo integral e entrevistas. A análise terá abrangência regional, especificamente a região da Missões e será conduzida a partir da abordagem temática, visando identificar padrões que influenciam a eficácia dessa política.

## **3. Resultados e discussão**

Esta pesquisa está em desenvolvimento e ainda não apresenta resultados consolidados. Baseando-se na análise crítica de documentos institucionais, legislações e estudos sobre educação em tempo integral, propõe-se hipóteses preliminares sobre os impactos institucionais e pedagógicos dessas políticas na reformulação curricular, na melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, na promoção da equidade educacional e no desenvolvimento territorial.

A política de tempo integral, surge para enfrentar as desigualdades educacionais, históricas e estruturais que excluem comunidades vulneráveis do direito a uma educação de qualidade. Essa política não apenas atende à Meta 6 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), que prevê educação integral em pelo menos 50% das escolas públicas para 25% dos alunos da educação básica, como também está alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS) da Agenda 2030 da ONU, que defende uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo a formação integral e o desenvolvimento territorial.

Para o Brasil alcançar excelência educacional, é imprescindível combater as desigualdades decorrentes da vulnerabilidade socioeconômica. Crianças e adolescentes



de comunidades marginalizadas, sem infraestrutura, alimentação, saúde e expostos à violência e desemprego, enfrentam dificuldades na frequência, permanência e aprendizado escolar. A Escola em Tempo Integral se apresenta como política essencial para garantir acesso ao conhecimento, segurança, alimentação, convivência social e desenvolvimento de habilidades que fortalecem a cidadania, formando sujeitos capazes de transformar suas realidades.

Hipoteticamente, regiões vulneráveis demandam políticas públicas robustas e sensíveis, que, por meio da escola em tempo integral, promovam proteção e transformação social. Para isso, é necessário que a escola ultrapasse suas divisas por meio de articulação intersetorial entre educação, assistência social, saúde e cultura, tornando-se um espaço capaz de romper ciclos de pobreza e exclusão, fortalecendo o desenvolvimento humano e territorial.

Diante da importância da política pública de educação integral — tanto como estratégia para elevar a qualidade educacional e cumprir a ODS 4 (Organização Das Nações Unidas, 2015), quanto para mitigar desigualdades e fomentar a cidadania. Apesar de ser uma estratégia para enfrentar problemas educacionais, sua institucionalização enfrenta desafios na reorganização institucional, curricular e pedagógica.

Neste contexto, de acordo com a BNCC e o Programa Escola em Tempo Integral, o currículo escolar deve ser organizado em torno de princípios como a integralidade, a interdisciplinaridade e a contextualização social. Implica também em que sejam incorporadas as disciplinas básicas, atividades culturais, artísticas, esportivas, tecnológicas, projetos que envolvam a educação ambiental, empreendedorismo, cidadania e direitos humanos, pois só assim serão formados atores de mudança social, influenciando no desenvolvimento da territorialidade local. Dentro disso a formação docente deve acompanhar essa modificação curricular, para que estejam preparados para trabalhar dentro da perspectiva interdisciplinar, elaborando planos de trabalho com atividades integradas, utilizando metodologias ativas, tecnologia digital e executando projetos que reconheçam e valorizem tanto o conhecimento acadêmico quanto os saberes comunitários.

Quanto à reorganização institucional, pressupõe-se que a equipe diretiva e



pedagógica adapte a rotina escolar, equilibrando o tempo entre disciplinas obrigatórias, atividades complementares e projetos interdisciplinares, com gestão democrática que inclua todos os setores escolares. É fundamental estabelecer vínculo com a comunidade para um ensino conectado às realidades locais, além de reorganizar os espaços educativos, inserindo o território da comunidade, segundo a premissa das cidades educadoras que reconhecem o ambiente social, cultural e ambiental como espaço de aprendizagem.

A implementação das escolas de tempo integral, demanda uma nova abordagem de gestão escolar, fundamentada nos princípios da gestão democrática. Essa abordagem prioriza a colaboração, a participação, além da autonomia em todas as esferas escolares. O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação. (Libâneo, 2001, p.44)

Por ser um estudo qualitativo de dimensão regional, focado na região das Missões, é necessário mais tempo para coleta e análise dos dados, visando conclusões sólidas. A educação em tempo integral envolve múltiplos fatores — gestão, currículo, formação docente, infraestrutura, contexto social, políticas públicas — difíceis de esgotar em um único trabalho. Reconhecem-se lacunas e questões que surgirão, demandando investigações futuras, especialmente considerando a constante transformação dos fatos sociais.

#### **4. Considerações finais**

Quanto às contribuições deste estudo, acredita-se que ele possa fornecer subsídios sólidos para o aperfeiçoamento de políticas públicas, ao analisar os resultados da implementação de um projeto governamental, permitindo corrigir falhas e tornar tais políticas mais eficazes. Os achados também poderão auxiliar gestores a aprimorar a organização institucional e docentes a fortalecer suas práticas pedagógicas, voltadas à formação integral, ao estímulo da cidadania, a um ensino alinhado às demandas locais. Espera-se ainda que o debate acadêmico gerado incentive a criação de projetos sobre educação e desenvolvimento territorial, tanto em escolas quanto em universidades, além de influenciar discussões políticas sobre gestão escolar e alocação de recursos.

Para o futuro, pretende-se aprofundar a coleta e análise de dados, utilizando





indicadores como o IDEB para medir impactos concretos. Também se buscará investigar, de forma sistemática, as percepções de professores, estudantes, gestores, comunidade e as dinâmicas territoriais onde as escolas estão inseridas, a fim de avaliar como essa política pública afeta diferentes atores e contextos. Em suma, a continuidade do estudo visa consolidar a hipótese de que a educação em tempo integral alcança seus objetivos no território analisado, contribuindo para políticas públicas mais efetivas e ajustadas às necessidades das populações vulneráveis.

## Referências

RIBEIRO, D. Ensaios Insólitos. Porto Alegre: L&PM, 1979.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras exceções. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) . Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral.** Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/programas-e-acoes/escola-em-tempo-integral> . Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação.** Brasília, DF: MEC/SEB, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/programas-e-acoes/programa-mais-educacao> . Acesso em: 24 jun. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 24 de jun. 2025.

VERRI, Diego dos Santos; SOSTISSO, Inês; LUFT, Hedi Maria. Educação integral: o contexto histórico brasileiro integral. In: SALÃO DO CONHECIMENTO UNIJUÍ, 2027, Ijuí. Anais [...]. Ijuí: UNIJUÍ, 2017.